

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - EaD**

PRISCILA ROSA CÂNDIDO CABRAL

SURDEZ: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

**PATOS - PB
2021**

PRISCILA ROSA CÂNDIDO CABRAL

SURDEZ: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientador (a): Prof. Me. Jônatas Costa

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CAMPUS PATOS/IFPB

C117s Cabral, Priscila Rosa Cândido
Surdez: alguns aspectos históricos e sociais/ Priscila
Rosa Cândido Cabral. - Patos, 2021.
21 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.
Orientador: Prof. Me. Jônatas Costa Bezerra

1. Surdez 2. Sociedade 3. Preconceito I. Título.

CDU – 81'221.24

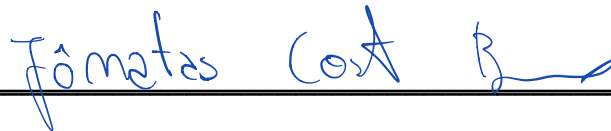
PRISCILA ROSA CÂNDIDO CABRAL

SURDEZ: NO CONTEXTO SOCIAL

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus Patos*, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

APROVADO EM: 05/04/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Jônatas Costa Bezerra - Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Profa. Esp. Edcarlos Paz de Lucena - Examinador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Profa. Ma. Joseilda Alves de Oliveira - Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por essa conquista.

A meus familiares, que sempre me apoiaram.

A meu filho querido Raphael, que mesmo sendo criança me ensina a cada dia ser uma pessoa melhor.

Aos meus colegas de cursos pelo apoio e palavras de conforto

Ao meu orientador, Jônatas, pelas orientações ao longo da jornada de conclusão do curso.

Agradeço aos meus professores, pelo aprendizado ao longo do curso.

Enfim, a todos que me ajudaram, direta ou indiretamente.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre o processo histórico e social do surdo, onde é apresentado o caminho percorrido pelo povo surdo, de lutas e conquistas até o reconhecimento oficial da língua de sinais. Para isso, foi desenvolvida uma proposta de pesquisa bibliográfica, com base em estudos de autores no tema proposto. Para que as pessoas tenham conhecimento sobre o processo histórico e as lutas vivenciadas pelo povo surdo e reconheça seus direitos, a pesquisa mostrou que o processo social de inclusão vai muito além da oficialização de uma lei ou decreto, é necessário que a sociedade respeite os direitos do sujeito surdo.

Palavras-chave: Surdez. Sociedade. Preconceito

ABSTRACT

This work aims to discuss the historical and social process of the deaf. Where a path presented by the deaf people is presented from struggles and conquests to the official recognition of sign language. For this, a bibliographic research proposal was developed, based on studies by authors on the proposed theme. So that people have knowledge about the historical process and the struggles experienced by the deaf people and recognize their rights. Research has show that the social inclusion process goes for beyond the formalization of a law or decree. It is necessary for society to respect the rights of the deaf person.

Keywords: Deafness. Society. Preconception

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LDB	Leis Diretrizes e Bases da Educação
L2	Segunda língua para surdos
L1	Primeira língua para surdos
Ines	Instituto Nacional dos Surdos
Feneis	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
Ifpb	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS GERAL	11
3 BREVE HISTÓRIA DO SURDO NA SOCIEDADE	11
3.1.1 PRECONCEITO HISTORICO	13
3.1.2 Surdez: Uma Questão Social	14
4 LUTAS E CONQUITAS DO SURDO NO BRASIL	15
4.1.1 LUTA PELO RECONHECIMENTO DA CULTURA	16
5 METODOLOGIA	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a questão da surdez com alguns aspectos históricos e sociais. A trajetória histórica e social do surdo tem se constituído em temáticas de grande interesse de pesquisadores e estudiosos brasileiros, a exemplo de Perlin (2004), Strobel (2016), dentre outros.

O percurso histórico das pessoas com deficiência é formado de várias fases, todas caracterizadas pelo estigma da exclusão (MESQUITA, 2018). Esse percurso definiu-se por algumas fases que foram chamadas de extermínio, a maldição, o confinamento, a segregação e outras formas de exclusão (SANTIAGO, 2011).

Para se construir a história educacional das pessoas surdas não foi diferente, muitos momentos de lutas também foram necessários. Os surdos passaram por vários processos sociais, que vão desde o preconceito até a aquisição de uma língua (STROBEL, 2016). A surdez passa a ser vista como uma condição social de um grupo linguístico.

Assim, como a educação é um direito de todos, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, viver em sociedade se constitui como fundamento social, visto que, a convivência social cria possibilidade para o desenvolvimento na formação do indivíduo. De acordo com Berger; Luckmann (2004) ninguém nasce socializado, a partir do momento que esse indivíduo se socializa ele converte-se como parte da sociedade.

Nessa perspectiva, esse trabalho tem como objetivo discutir sobre alguns aspectos históricos e sociais da educação do surdo, buscando compreender os avanços ocorridos nesse processo. Nesse sentido, buscamos um aprofundamento teórico com base de Perlin (2004), Strobel (2016), Skliar (2010), Santiago (2011), dentre outros que reconhecem os processos de lutas e conquistas do povo surdo.

A pesquisa é de cunho bibliográfico e surgiu do interesse em ampliar os conhecimentos sobre a temática, na tentativa de compreender melhor o processo educacional do surdo e também em poder contribuir com a discussão no meio acadêmico e assim, poder fazer chegar as pessoas interessadas mais conhecimento sobre a comunidade surda.

Para melhor compreensão, este trabalho encontra-se organizado com essa introdução, onde apontamos a temática, nossos principais teóricos, nosso objetivo de

pesquisa e também a justificativa e apresentamos nossa discussão teórica, percorrendo um breve histórico do surdo na sociedade.

2. OBJETIVOS GERAL

Discutir acerca dos aspectos históricos e sociais da trajetória do sujeito surdo.

3. BREVE HISTÓRIA DO SURDO NA SOCIEDADE

Para entender o processo de exclusão do Surdo na sociedade, precisamos voltar ao passado. Na antiguidade greco-romana os surdos eram considerados imperfeitos por não possuírem uma linguagem e eram excluídos da sociedade (STROBEL, 2016). Os romanos privaram os surdos de direitos legais, não casavam nem tinham direito a herdar os bens da família (GUARINELLO, 2007). Ainda para Guarinello (2007), o filósofo Aristóteles (384 – 322 a.C.) tinha uma concepção que as pessoas surdas por não conseguirem falar, não podiam raciocinar e nem expressar pensamentos.

Segundo Silva (2008), filósofos gregos produziam suas próprias teorias para justificar a criação humana. Esses pensamentos filosóficos tinham forte influência na sociedade daquela época e acabaram se expandindo, disseminando-se também para o mundo ocidental. Silva (2008), destaca que a Igreja Católica apesar de possuir grande poder, menosprezava os surdos, afastando-os das práticas religiosas e sociais.

Na antiguidade, passando pelos gregos, pelos romanos e pela igreja, de Santo Agostinho até a Idade Média, os surdos eram considerados seres inferiores e, portanto, não tinham chance de salvação. (SILVA, 2008, p.19).

Nesse sentido, muitos direitos eram tirados dos surdos, com a justificativa de que ele não se encaixava nos padrões determinados pela sociedade de imagem e

semelhança de Deus. A igreja tinha grande influência na sociedade medieval, ela controlava a vida das pessoas. Para os primogênitos surdos terem direito a herança, era necessário que soubessem falar (HONORA E FRIZANCO, 2009).

Já no século XVI, na Idade Moderna, era das grandes revoluções, as tendências nas diversas regiões do mundo era o mercantilismo, com as grandes navegações e trocas de conhecimentos culturais (GIORDANI, 2003). Portanto, foi a partir de 1570 que surgiram os primeiros educadores de surdos. Entre eles, um que teve grande destaque foi Pedro Ponce León. Ele desenvolveu uma metodologia conhecida como datilologia manual, ou seja, uma representação manual do alfabeto escrito e oralização (GOLDFELD, 1997). Ponce teve sua trajetória de vida marcada pelo empenho em ensinar os surdos a falar, assim, fundou a primeira escola de surdos, na cidade de Madri na Espanha (GOLDFELD, 1997), e seu trabalho foi muito importante para seus precursores. Um deles foi Juan Pablo Bonet.

Bonet, foi o primeiro autor a publicar um livro sobre a educação dos surdos, em 1620 (CABRAL, 2004). Sua forma de ensinar surdos consistia no uso do alfabeto manual e dactilologia. Para Carvalho (2007), Bonet proibia o uso da linguagem gestual e valorizava o método oralista.

Após Bonet, outro que teve grande destaque foi John Bulwer. Médico de origem inglesa, Bulwer ficou conhecido pelos seus estudos sobre surdez. O mesmo acreditava que a língua gestual era imprescindível na educação de surdos. Foi responsável por criar uma metodologia de comunicação entre ouvintes e surdos: a chironomia, que é definida como a arte de usar gesticulações ou gestos com as mãos. Segundo Bulwer, há uma voz nas mãos.

Em contrapartida, havia um movimento que pregava o ensino da língua oral para os surdos, que sustentava a teoria que o aprendizado oral seria o processo mais eficaz para integração da pessoa surda no convívio social. A abordagem oralista se caracterizava por ilustrar aos surdos a necessidade de aprender a falar (PERLIN, 2002).

O Congresso de Milão (1880), representou um retrocesso linguístico, cultural e social para o surdo. O resultado foi a proibição da língua de sinais na educação de surdos (SKLIAR, 2010).

Logo, não se pode negar que houve um retrocesso educacional, uma vez que o método oralista prejudicou muitos alunos surdos. Podemos associar esse período a algo como um isolamento social.

Na França, em 1750 surge Charles Michel de l'Épée. O mesmo apontava as dificuldades da teoria oralista, pois acreditava que um método que aplicasse a língua gestual para a comunicação seria mais benéfico para o desenvolvimento do surdo (SACKS, 2010). Segundo Sacks (2010), o grande feito de Michel de l'Épée foi ter proporcionado um método de ensino acessível a todos, mas também ter lutado pelo reconhecimento dos surdos como cidadãos.

3.1.1 PRECONCEITO HISTÓRICO

Em diferentes períodos e culturas, o preconceito existiu. Segundo Albert Einstein “é mais fácil quebrar um átomo do que um preconceito” (PAPALIA, 2006). Muitas práticas preconceituosas são passadas de geração em geração, muitas delas práticas hostis, que dividem grupos sociais. Esse fenômeno não foi muito diferente com a comunidade surda.

Segundo a ótica de Witkoski (2009), o preconceito é algo que está presente no cotidiano do surdo. Ainda para a autora, o debate com relação a surdez foi construído historicamente com o surdo sendo considerado diferente, associado ao deficiente.

O homem é considerado o único animal racional, por isso distingue-se dos outros, por apresentar uma linguagem. É caracterizado como um animal político, por se estabelecer dentro de uma sociedade (NEVES, 2005). A comunicação constitui-se como uma necessidade humana, logo imprescindível para compartilhar interesses políticos. Na Grécia antiga, berço da civilização, os homens eram ensinados a arte de ser um bom ouvinte e assim participava da vida pública. Os que não participavam dos debates eram rejeitados.

Aristóteles (384-322. a.c) diz que a fala está ligada ao pensamento, logo o ato de falar é essencial para chegar à consciência (PERLIN, 2004). “Todos os que nascem surdos também são mudos, mas podem emitir voz, são totalmente privados da palavra”, e “os cegos são mais inteligentes que os surdos ” (DUARTE et al, 2013, p.1717). Na visão aristotélica, os surdos seriam incapazes de raciocinar. Esse pensamento preconceituoso disseminou-se na sociedade daquela época, impossibilitando o surdo de participar das decisões públicas. Por conseguinte, a fala está condicionada a uma ação política. Segundo Neves:

É na política [...] que vai ser explicada a natureza da linguagem. O animal político (zôon politikón) liga-se necessariamente à faculdade humana de falar,

pois sem linguagem não haveria sociedade política. [...] A natureza não faz nada em vão e, dentre os animais, o homem é o único que ela dotou de linguagem (NEVES, 2005, p. 54).

Apesar de Aristóteles ter sido um grande filósofo, na Grécia antiga, seu método científico era baseado na observação empírica, ele determinava suas verdades absolutas através da dedução, o que o levou a cometer erros. Na Grécia Antiga, a arte de falar bem era considerada um importante recurso na vida pública e privada. Logo, observa-se a visão preconceituosa com relação à pessoa surda.

3.1.2 Surdez: Uma Questão Social

Na abordagem social, para Skliar (2010), a surdez é percebida como uma experiência visual, a forma que o indivíduo surdo constrói sua realidade social e cultural. Segundo Skliar (2010, p.13), a surdez é compreendida “como uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos”.

O conflito da questão da surdez tem seu valor histórico através de ressignificações do modo de enxergar o surdo. A partir de uma concepção do ser social, os surdos passam a ser vistos como sujeitos ativos e participantes, que têm uma língua própria e valores culturais. Participam de grupos sociais que lutam pelos seus direitos de serem respeitados e buscam o reconhecimento da língua de sinais. A participação do surdo na comunidade surda proporciona uma melhor interação social

Os sujeitos que participam desses ambientes podem se enxergar pessoas completas, ao invés de viverem uma vida de insatisfação por não conseguirem ser iguais aos padrões instituídos socialmente, buscando sempre novos caminhos de se adaptarem, em contradição, muitas vezes, com suas peculiaridades (DORZIAT, 2009, p.78)

O convívio comunitário entre os surdos é muito significativo para o desenvolvimento das relações sociais. Um dos primeiros contatos do ser humano no processo de socialização acontece no ambiente familiar (AMAZONAS, DAMASCENO, TERTO & SILVA, 2003). Por isso, é fundamental uma comunicação efetiva entre os dois. Segundo Guarinello (2000), a falta de comunicação entre o sujeito surdo e seus familiares estabelece uma barreira social.

O processo de inclusão social leva a reconhecer a importância do conhecimento da língua de sinais, tanto para o surdo como para seus familiares (GUARINELLO, 2000). Ainda para Guarinello (2000), as interações entre familiares, surdos e as comunidades surdas ajudam no desenvolvimento social, além de possibilitam um fortalecimento da cultura. Aceitar a surdez através da visão social, implica respeitar as diferenças culturais e as especificidades linguísticas (SKILIAR, 2010).

Portanto, a concepção da surdez como uma questão social, valoriza os aspectos culturais e linguísticos e reconhecem o sujeito surdo como pessoa capaz de viver em sociedade.

4. LUTAS E CONQUISTAS DO SURDO NO BRASIL

No Brasil, os surdos obtiveram muitas conquistas, porém, tiveram que lutar pelos seus direitos. Na cidade do Rio de Janeiro, fundou-se a primeira escola para surdos no Brasil: o Instituto Nacional dos Surdos (INES) através da lei n.939, no dia 26 de setembro de 1857.

No ano de 1987, foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). A FENEIS tem como uma das suas principais características desenvolver um trabalho assistencial, como por exemplo, apoiar o surdo na inserção no mercado de trabalho. Para isso, é desenvolvido um projeto social de qualificação, além de serem ofertados cursos para a população ouvinte.

A comunidade surda tem sua jornada marcada por lutas e desafios. A oficialização da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, representou um grande avanço social. O congresso decreta: Art. 1º “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002). No mês de setembro, a comunidade surda comemora o setembro surdo e no dia 26 do mesmo mês, é comemorado o dia do surdo. Essa data é muito importante, pois traduz uma conquista da comunidade surda depois de vários anos de luta. As lutas continuaram e trouxeram uma consequência positiva, como o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que incluiu a libras como disciplina curricular. Art. 3: “A Libras deve ser inserida como disciplina curricular

obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2005).

A Lei 12.319, de 1 de setembro de 2010, regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais- Libras. O intérprete tem a responsabilidade de realizar a interpretação das duas línguas, Português/Libras. O profissional se constitui como uma grande ferramenta educacional para os alunos surdos.

A Lei de inclusão nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, Art. 1º “É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). O reconhecimento de todas as leis oficializadas, proporciona mudanças significativas na vida das pessoas surdas, possibilita uma maior participação social e conduz a uma sociedade igualitária.

Portanto, é inegável o reconhecimento das conquistas, principalmente na área educacional. Sabemos que o caminho não foi fácil, mas foi necessário para o reconhecimento dos direitos da pessoa surda.

4.1.1 LUTAS PELO RECONHECIMENTO DA CULTURA

A História da cultura surda percorre ao longo da trajetória humana, pessoas constituíram-se em grupos de características peculiares. Algumas culturas impõem seus padrões a outras ou criam normas para serem aceitos pela sociedade. Quando nos referimos a cultura, geralmente a associamos a costumes, princípios, comportamentos e convicções empregados por um grupo social. A cultura pode ir além de uma simples prática, pode representar uma manifestação linguística gestual, por exemplo a língua de sinais.

Os surdos têm sua cultura que pode ser percebida através da língua, bem como as experiências visuais. Para Strobel:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as

ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL,2016, p. 22).

O modo que o sujeito percebe as coisas e compartilha suas vivências, pode ser entendido como cultura surda. A identidade surda é construída a partir desse sentimento de agregar cultura a comunidade surda. Para o indivíduo surdo é muito importante o contato com outras pessoas surdas, que utilizam a língua de sinais. Participar de atividades em grupos, frequentar associações, igrejas e lugares públicos colabora para a socialização. Essa prática ajuda a criar vínculos sociais. De acordo com Strobel (2016): “A línguas de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo” (STROBEL, 2016, p.42).

O aspecto mais considerável é o sentimento de aceitação do surdo com relação à língua de sinais. É através da língua de sinais que o sujeito surdo percebe o mundo, sua forma peculiar de decodificar as mensagens transmitidas a este sujeito. O indivíduo surdo está em contínuo processo de construção, assim como a língua, que se constitui como um sistema ativo e de constantes transformações. O contato dos surdos com a língua de sinais é essencial, pois é através desta que o sujeito surdo transmite suas experiências e cultura. Quando estamos juntos de pessoas que compartilham das mesmas ideias, nos sentimos mais compreendidos.

O surdo deve adquirir a língua de sinais como língua materna e como segunda língua, a modalidade escrita. A questão mais importante que surge, a partir do momento que o sujeito se apropria da língua, é a concepção socioantropológica. Nessa construção, a surdez é compreendida como uma cultura e não mais como uma doença. Conforme Guarinello:

Os surdos formam uma comunidade linguística minoritária, que utiliza e compartilha uma língua de sinais, valores, hábitos culturais e modos de socialização próprios. A comunidade surda, então, é aquela que utiliza a língua de sinais, possui identidade própria e se reconhece como diferente. A surdez passa, assim, a ser vista como diferença e não deficiência. (GUARINELLO, 2007, p.33)

Os surdos se reconhecem como pessoas diferentes por partilhar uma cultura distinta dos ouvintes. A diferença é compreendida como uma forma particular de viver e dar significados às coisas. O termo deficiente é desconstruído e ganha espaço a compreensão da surdez como forma de eliminar qualquer aspecto relacionado à

inferioridade. O sujeito surdo tem suas representações culturais, assim como os ouvintes, porém de forma diferenciada. De acordo com Strobel (2016), a cultura surda possui suas próprias particularidades.

5 METODOLOGIA

A pesquisa se constitui em estudo bibliográfico, pois está pautada em estudos científicos já realizados, referente ao conteúdo em estudo, como bem aponta Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já existentes e publicados, que nos oferecem melhor entendimento sobre o assunto e estes se encontram disponíveis através de livros, revistas, artigos, entre outros recursos, preparados para contribuir com o conhecimento científico.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados, buscamos nesses materiais já publicados, os conteúdos que permitissem uma construção de conhecimento que pudesse considerar as concepções dos estudiosos e pesquisadores selecionados para discussão e que, dessa forma, a discussão teórica entre os estudiosos e essa pesquisadora, permitisse no final da pesquisa, a realização de uma reflexão que apresentasse uma compreensão da temática, capaz de responder ao objetivo da pesquisa e de contribuir para os próximos pesquisadores que pensassem em abordar a temática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi desenvolver uma pesquisa que permitisse discutir acerca de alguns aspectos históricos e sociais do surdo. Nesse sentido, foi desenvolvido uma pesquisa de base bibliográfica.

A surdez sempre esteve presente em todas as sociedades e organizações culturais, no entanto, por muito tempo foi ignorada pela sociedade. Ao longo dos anos a concepção sobre a surdez foi inexplorada, colocando o sujeito surdo como inferior no aspecto histórico e social. O preconceito, seja linguístico ou social, contribui para a exclusão de um povo.

Com a pesquisa, foi possível concluir que, após o reconhecimento da língua de sinais, a surdez passou a ser compreendida como uma representação social de um grupo linguístico. O sujeito surdo tem sua cultura e seu modo de compartilhar suas experiências, além do direito a exercer sua cidadania, participando ativamente dos processos sociais.

Os movimentos surdos, no contexto brasileiro, já alcançaram muitas conquistas, como o reconhecimento da língua de sinais, que representou um marco histórico para a comunidade surda.

Logo, é compreensível o reconhecimento da surdez como diferença e não como deficiência. Todos têm direito de compartilhar sua língua, cultura e identidade. A sociedade precisa romper as barreiras do preconceito e entender que todos somos iguais em direito e deveres. Uma sociedade justa e igualitária respeita as diferenças existentes entre seu povo.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, M. C. L. A., DAMASCENO, P. R., TERTO, L. M. S., & SILVA, R. R. (2003). Arranjos familiares de crianças de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 8(especial), 11-20.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Lei da Língua Brasileira de Sinais; Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 25 abr. 2002, Seção 1, p. 23.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. A construção social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

CABRAL, Eduardo (2004) Para uma cronologia da educação dos surdos, *Revista de Comunicação*, p.35-53.

Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 23 dez. 2005.

DORZIAT, Ana. O outro da educação: pensado a surdez com base nos temas Identidade, Diferença, Currículo e Inclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Coleção Educação Inclusiva.

DUARTE, S. B. R. et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4. 2013, p.1717. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n4/0104-5970-hcsm-20-04-01713.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Legislação. BRASIL. Decreto n. 6.571, de 17 setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 set. 2008.

GIORDANI, Mário Curtis. *História dos séculos XVI e XVII na Europa*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUARINELLO, A. C. A influência da família no contexto dos filhos surdos. *J. Bras. Fonoaudiologia.*, Curitiba, v. 3, p. 28-33, 2000.

GUARINELLO, A. C. *O papel do outro na escrita dos sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007.

GOLDFELD, Márcia. *A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio-interativa*. São Paulo: Plexus, 1997. p.25.

HONORA, M; FRIZANCO, M. L. E Livro Ilustrado de Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2009.

MESQUITA, L.S. Políticas Públicas de Inclusão: acesso da pessoa surda ao ensino superior. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 255-273, jan./mar. 2018.

NEVES, Maria Helena de M. A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2 Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PERLIN, G. T.T. e outros. História dos surdos. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002.

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004

PEREIRA, Maria Cristina da C.(Org) Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2008.

QUADROS, R. M. de KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

SACKS, Oliver. Vendo vozes. Uma viagem ao mundo dos surdos. S. Paulo: Companhia de Bolso. 2010, p.26.

SANTANA, Ana Paula. O. Reflexões neurolinguísticas sobre a surdez. 2003, p. 312. Tese (Doutorado) - Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2003.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. A História da Exclusão da Pessoa com Deficiência: aspectos socioeconômicos, religiosos e educacionais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção Social da Identidade e da Diferença. In: _____. (org.) Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SKLIAR, Carlos. Os estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010, p. 7-32.

STROBEL, karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 4. Ed. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2016.

STROBEL, Karin L. História dos Surdos: Representações “Mascaradas” das Identidades Surdas. In: QUADROS, Ronice M. e PERLIN, Gladis. (Orgs). Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007, p.18 – 38.

WITKOSKI, S. A. (2009). Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. Revista Brasileira de Educação. Rio De Janeiro: ANPED.